



MINISTÉRIO DA FAZENDA

"CAS"

Sessão de 24...novembro.. de 19 83...

ACORDÃO Nº ...101-74.866

Recurso nº 41.985 - IRPF - EX: DE 1977

Recorrente ISABEL DE MOURA BORIO

Recorrido DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SANTOS (SP)

DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS - DECOR RÊNCIA. A decisão, prolatada no procedi-
mento instaurado contra a pessoa jurídica,
que venha a declarar materializado ou in-
subsistente o suporte fático que também
alicerça a relação jurídica referente a
exigência formalizada contra a pessoa fí-
sica ou fonte, nos intitulados procedimen-
tos decorrentes ou reflexos, faz, coisa
julgada no mesmo grau de jurisdição ad-
ministrativa e nos demais, se a decisão
for irrecorrível ou, sendo recorrível, não
houver sido apresentado o apelo no prazo
legal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de re-
curso interposto por ISABEL DE MOURA BORIO:

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conse-
lho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao re-
curso.

Sala das Sessões (DF) em 24 de novembro de 1983

AMADOR OUPERELO FERNÁNDEZ - PRESIDENTE E RELATOR

VISTO EM
SESSÃO DE: 24 NOV 1983

AGOSTINHO FLORES

- PROCURADOR DA FAZENDA NA-
CIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros:
RAUL PIMENTEL, SYLVIO RODRIGUES, CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, FRAN-
CISCO DE ASSIS MIRANDA, AGOSTINHO SERRANO FILHO e BRAZ JANUÁRIO PINTO.
Ausente o Conselheiro FERNANDO CÍCERO VELLOSO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 0845-058.661/80

RECURSO Nº: 41.985

ACÓRDÃO Nº: 101-74.866

RECORRENTE: ISABEL DE MOURA BORIO

R E L A T Ó R I O

A presente exigência fiscal é decorrente da ação instaurada contra a SOCIEDADE AGRÍCOLA MAMBÚ LTDA., onde, entre outras irregularidades, foi apontada uma distribuição disfarçada de lucros, em razão de empréstimos efetuados aos sócios, sem atender às determinações legais.

A parcela considerada distribuída a ora recorrente, decorre da aludida apuração e foi incluída na Cédula "F" em sua declaração de rendimentos, capitulando-se a exigência no art. 34, alínea "j", do RIR/75, aprovado pelo Decreto nº 76.186/75, com a aplicação da multa prevista no art. 534, alínea "b", do mesmo Regulamento.

Com guarda do prazo legal, o autuado impugnou a exigência fiscal, alegando, no mérito, que:

— O referido auto de infração não pode prevalecer, em primeiro lugar por estar sendo impugnado o lançamento de ofício feito contra a pessoa jurídica de que o Reclamante é sócio-quotista, o qual apresenta vícios que recomendam a sua anulação.

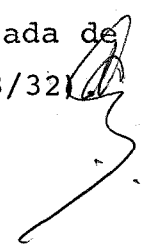
— Em segundo lugar, porque o fato gerador do Imposto de Renda, em relação às pessoas físicas, é a disponibilidade do rendimento, fato esse absolutamente inexistente na hipótese em discussão.

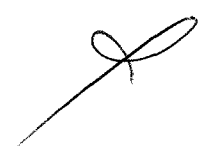
são, resultando apenas de presunção subjetiva por parte dos autuan-
tes.

— Face ao exposto, o auto de infração, ora discuti-
do, por decorrer do lavrado contra a Empresa Sociedade Agrícola Mam-
bú Ltda., que é nulo, padece de igual defeito, devendo o processo
permanecer sobrestado até que a Administração se manifeste quanto ao
contido no processo da referida pessoa jurídica, por se tratar de re-
flexo.

Decidindo o feito em primeira instância, a autoridade
julgadora a quo manteve parcialmente a exigência, adequando a pre-
sente exigência ao crédito tributário mantido na pessoa jurídica de
que a presente exigência é mero reflexo.

Cientificado dessa decisão e com ela não se confor-
mando, tempestivamente, o sujeito passivo apresentou o apelo de fls.
, onde solicita que "em face do caráter corolário do procedimen-
to administrativo instaurado contra o Recorrente, pede este o so-
brestamento do presente recurso, solicitando seja o mesmo julgado na
mesma oportunidade do julgamento do processo nº 55.153/80".

Ao apreciar o Recurso nº 87.853, interposto pela fir-
ma SOCIEDADE AGRÍCOLA MAMBÚ LTDA., de que a presente exigência é me-
ra decorrência, esta Câmara, em sessão de 18/10/83, manteve o crédi-
to tributário, na parte referente à distribuição disfarçada de lu-
cros, conforme faz certo o Acórdão nº 101-74.753 (fls. 23/32) 

 É o relatório.

Acórdão nº 101-74.866

V O T O

Conselheiro AMADOR OUTERELO FERNÁNDEZ, Relator:

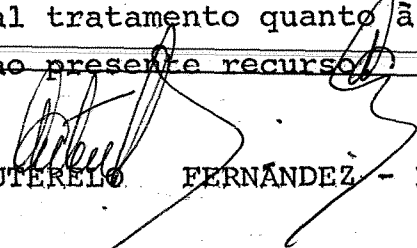
Nenhuma dúvida existe de que a importância considera da distribuída disfarçadamente pela pessoa jurídica está sujeita à incidência na pessoa física, consoante o estabelecido nos diversos regulamentos do Imposto sobre a Renda (RIR/66, art. 51, alínea "h"; RIR/75, art. 34, alínea "j" e; RIR/80, art. 39, alínea VIII).

Como vimos pelo relato, a parcela aqui tributada de corre exclusivamente dos montantes submetidos à incidência na firma SOCIEDADE AGRICOLA MAMBÚ LTDA., sob a forma de distribuição disfarçada de lucros, não tendo o apelo do recorrente versado qualquer questão jurídica pertinente à exclusão do reflexo.

Assim, não tendo sido apresentado qualquer matéria de fato ou de direito que pudesse reduzir exclusivamente a exigência da pessoa física, segundo a jurisprudência deste Conselho que considero, sob qualquer ângulo de análise, correta: aplica-se o decidido no processo de que este decorre. Isto porque, segundo o consignado na ementa do julgado consubstanciado no Acórdão nº 101-72.041, de 22.01.81:

"O decidido no processo da pessoa jurídica quanto à matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei, acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas ou na fonte, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que se houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios, desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal."

Deste modo, tendo sido mantida a incidência sobre a distribuição disfarçada de lucros na pessoa jurídica, como visto no Relatório, impõe-se igual tratamento quanto à tributação reflexa, pelo que nego provimento ao presente recurso.



AMADOR OUTERELO FERNÁNDEZ - PRESIDENTE E RELATOR